

Critério 4: Sociedade

4.1 Responsabilidade sócio-ambiental

a) Definição, Execução e Controle das Práticas de Gestão

1) O IEN, tendo como premissa a perspectiva “Segurança” no painel de bordo institucional que explicita a importância estratégica dispensada à avaliação e controle dos impactos, atuais e potenciais, relacionados aos seus produtos, processos e instalações, com reflexo sobre sua força de trabalho, os ecossistemas, a comunidade periférica e a sociedade em geral, adota a Prática Controle Ambiental, cujo padrão é descrito a seguir. Esta prática é pautada na legislação ambiental brasileira, em especial as normas do IBAMA, da CNEN, órgão regulador do setor nuclear no país e as orientações AIEA. Portanto, a identificação e o tratamento dos aspectos relacionados com possíveis impactos ambientais são realizados com base nestas normas.

As atividades que produzem efluentes sólidos, líquidos e gasosos não radioativos são executadas em obediência aos requisitos legais e regulamentares relativos às questões ambientais estabelecidas pelo IBAMA. Neste particular, o IEN submeteu o TAC - Termo de Ajuste de Conduta àquele órgão licenciador e aguarda a sua assinatura, para formalização do compromisso de atendimento a legislação ambiental.

Os rejeitos radioativos gerados nas atividades do Instituto são tratados e armazenados no Depósito Intermediário de Rejeitos Radioativos, em atendimento às normas da CNEN, as quais são implementadas por meio do PGRR – Programa de Gerência de Rejeitos Radioativos do IEN. Os efluentes gasosos dos processos de produção de radiofármacos, são tratados, qualificados e quantificados para assegurar que a liberação só seja efetuada obedecendo os níveis previstos nas normas. Neste particular, o IEN recentemente aprovou o seu PMA - Programa de Monitoração Ambiental, que tem como objetivos monitorar, avaliar e controlar as emissões radioativas de seus processos, mantendo os registros desses dados, para minimizar os riscos de eventuais impactos sobre a comunidade local ou as populações circunvizinhas às suas instalações. Esse padrão é de responsabilidade da Divisão de Segurança e Radioproteção, DISR e é executado sempre que alguma atividade é realizada e trimestralmente, quando os dados do PMA são consolidados.

O IEN instituiu a prática Certificação das Instalações, que tem como objetivo promover ações que garantam o atendimento aos requisitos e normas da CNEN de segurança e radioproteção. Certificação aqui deve ser entendida como um conjunto de ações exigidas para obtenção da licença de operação emitida pela CNEN. O atendimento destes requisitos garante a segurança necessária na execução das atividades e processos do IEN, evitando assim quaisquer impactos ao meio ambiente e às populações circunvizinhas ao Instituto. O padrão desta prática é de responsabilidade da DISR, com apoio das divisões que possuem instalações nuclear e radiativas, e consiste da operacionalização de diversos planos e programas previstos nas normas da CNEN, que audita a sua aplicação. Com este objetivo, o Instituto elaborou e/ou revisou os seguintes planos e programas, submetidos ao órgão certificador, CNEN:

- Plano de Proteção Radiológica– PPR;
- Programa de Monitoração Ambiental– PMA;
- Plano Geral de Emergência– PGE;
- Programa de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos– PGRR.

2) Acompanhando cada fornecimento de radiofármacos, o IEN emite instruções orientando sobre os cuidados que devem ser tomados na manipulação e uso desses materiais, no sentido de se evitar possíveis impactos ao usuário e ao meio ambiente. O zelo com a aplicação segura dessa técnica nuclear não se encerra no ato de entrega do radiofármaco, mas compreende todo o processo, desde a fabricação, transporte e uso, até o descarte dos rejeitos. No caso de pára-raios radioativos, a CNEN proíbe a sua aquisição com base no Princípio da Justificação (item 6.3), e o IEN os recebe, trata e armazena gratuitamente, como forma de incentivar que os seus usuários os enviem ao IEN, contribuindo para o adequado destino final desses materiais radioativos.

3) As pendências ou sanções referentes aos requisitos legais, regulamentares, éticos ou contratuais envolvendo o Instituto são tratadas por intermédio da Procuradoria Jurídica da CNEN. Atualmente, não existe qualquer tipo de ação contra o IEN.

4) Ainda com o objetivo de estimular práticas que privilegiem a conservação ambiental, a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, elaborou e implementa em conjunto com o SERAP – Serviço de Administração Predial, um Programa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, que envolve toda força de trabalho. Recipientes para coleta seletiva de papeis, plásticos e baterias de celulares foram estrategicamente posicionados no IEN e uma equipe treinada recolhe e armazena o material em local apropriado, para posterior venda. Os recursos arrecadados serão utilizados em atividades de promoção social e na melhoria do próprio programa. Essa prática foi recém implantada e ainda requer uma maior disseminação.

A Comissão Interna de Conservação de Energia Elétrica (CICE), tem o objetivo de acompanhar o consumo de energia elétrica e estabelecer programas corporativos de economia deste recurso, conforme descrito no Critério 7, item 7.4 deste relatório.

5) O incentivo aos fornecedores para aderirem aos compromissos sociais e ambientais do Instituto é obtido por meio da obrigatoriedade de cumprirem a legislação do Ministério do Trabalho e Emprego, e da CNEN, cujo cumprimento é acompanhado pela DISR. Além disso, a DISR proporciona treinamento e orientações relacionados

aos compromissos sociais e ambientais aos fornecedores de serviços, e a CIPA estende as suas ações aos funcionários destas empresas. Por exemplo, os funcionários da Elfe, prestadora de serviços de limpeza e conservação do IEN, participam da coleta de lixo recicláveis, descrita anteriormente.

6) A prática Cultura de Segurança, já comentada no Critério 1, item 1.2 deste relatório, a ser melhor detalhada no item 6.3, representa o fundamento de uma gestão organizacional que prioriza a segurança e visa promover nas pessoas atitudes e comportamentos pró-ativos em situações de risco. A segurança é aqui entendida no seu conceito mais amplo, incluindo ações de controle dos riscos associados aos processos desenvolvidos no IEN, que possam trazer prejuízos ao ambiente e às comunidades em torno de suas instalações. Essa prática está baseada na abordagem de cultura de segurança utilizada pela Agência Internacional de Energia Atômica, ilustrada na Figura 4.1, e consiste da avaliação do grau de percepção da força de trabalho referente a 22 fatores organizacionais relacionados com os compromissos definidos nesta abordagem. A criação do CCS e a aprovação da Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do IEN são resultados alcançados por meio desta prática.

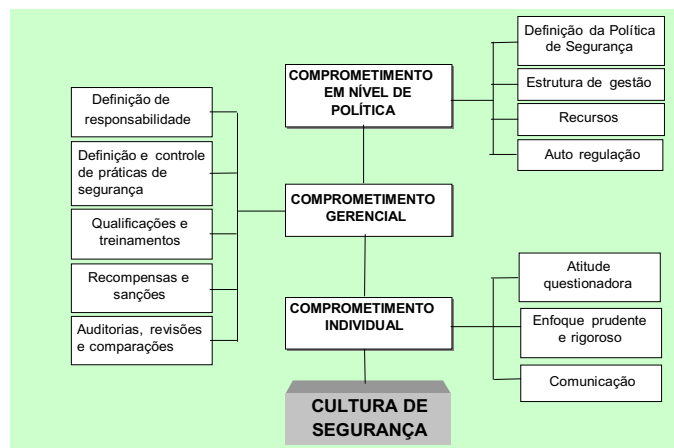


Figura 4.1. Componentes da abordagem de cultura de segurança da AIEA.

A disseminação e a continuidade das práticas do item responsabilidade sócio-ambiental estão evidenciadas na Tabela 4.1.

Prática de Gestão	Disseminação para	Continuidade
Controle Ambiental	Todos os setores técnicos	Desde 1999
Certificação das Instalações	Setores com instalações nuclear e radiativa	Desde 2002
Coleta Seletiva de Recicláveis	Todos os setores	Desde 2003

Tabela 4.1. Disseminação e continuidade das práticas do item responsabilidade sócio-ambiental.

As informações referentes ao controle das práticas do item responsabilidade sócio-ambiental estão apresentadas na Tabela 4.2. As ações decorrentes do controle são implementadas pela DISR e SERAP/CIPA.

Prática	Responsável pelo controle	Indicador/Informação de controle	Padrão	Frequência de controle	Resultado do controle	
					1º sem.	2º sem.
Controle Ambiental	DISR/Régis	Operações supervisionadas	100%	trimestral	100%	100%
Certificação das Instalações	DISR/Régis	Instalações certificadas pela CNEN	Todas as instalações nucleares e radiativas certificadas	anual	-	-
Coleta Seletiva de Recicláveis	CIPA/SERAP	Material reciclável coletado	100% de material reciclável coletado	semestral	-	-

Tabela 4.2. Controle das práticas relacionadas à responsabilidade sócio-ambiental.

Como resultado do controle, foram estabelecidas as seguintes ações de correção das práticas apresentadas na Tabela 4.3.

Prática	Ação de Correção	Responsabilidade
Certificação das Instalações	Elaboração e aprovação dos planos e programas referentes às instalações a serem certificadas	DISR + SIEN

Tabela 4.3. Ações de correção das práticas de responsabilidade sócio-ambiental.

b) Aprendizado

As informações referentes à avaliação da efetividade dos padrões de trabalho do item responsabilidade sócio-ambiental estão apresentadas na Tabela 4.4. As melhorias decorrentes dessa avaliação são implementadas pelos setores pertinentes, a partir das orientações estabelecidas pela Alta Direção.

Avaliação da efetividade dos padrões de responsabilidade sócioambiental			
Responsável	Indicador/Informação	Frequência	Quando
AGQ + AD	Índice médio global da cultura de segurança % de instalações certificadas RAF da ABIPTI	1 vez/ano	Elaboração do PMG Análise crítica Elaboração do RG
Ano	Exemplos de melhorias na responsabilidade sócio-ambiental		
2000	Implantação da prática de controle ambiental e economia de recursos renováveis (CICE)		
2001	Implantação da prática de cultura de segurança		
2002	Estabelecimento de Padrões e controles Implantação da certificação de instalações Criação do CCS Prática de recicláveis		

Tabela 4.4. Aprendizado dos padrões de responsabilidade sócio-ambiental.

4.2. Ética e desenvolvimento social

a) Definição, Execução e Controle das Práticas de Gestão

1) Como uma Instituição Federal, o IEN manifesta na sua missão o compromisso em melhorar o bem estar da sociedade. A gestão do seu negócio está fundamentada nos valores da Instituição apresentados no Critério 1, item 1.2 deste relatório. A postura ética, expressa como um dos valores do IEN, está incorporada a todas as ações do instituto junto às suas partes interessadas, relacionadas aos seguintes aspectos:

- Bem estar, saúde e segurança dos seus trabalhadores;
- Controle e proteção ambiental;
- Fornecedores;
- Requisitos legais;
- Parceiros;
- Clientes;
- Trabalhos e publicações científicas;
- Transparência em questões de segurança.

Esses compromissos são estabelecidos a partir do processo de gestão organizacional em busca da excelência baseado nos requisitos dos Critérios de Excelência do PNQ, sendo que alguns destes fazem parte dos compromissos estabelecidos pela Política de SMS do IEN. Aspectos éticos no processo de tomada de decisões e no relacionamento da AD com as partes interessadas, servem de exemplo e estímulo ao comportamento ético da força de trabalho.

2) O IEN mantém uma relação de transparência com a sociedade por meio de seu portal na *INTERNET*, disponibilizando informações do Instituto, incluindo o Relatório de Gestão, o *Progress Report* e os procedimentos relacionados aos recolhimentos de rejeitos radioativos. Os esclarecimentos quanto a estes rejeitos são subdivididos em sete itens: pára-raios, detectores de fumaça, fontes seladas, equipe, perguntas mais freqüentes, normas e *link*. As explicações prestadas, objetivando prestar as mais claras informações sobre todos os aspectos envolvidos, descem a consideráveis níveis de detalhes. Nos pára-raios, a apresentação de um histórico é seguida de textos sobre o por que retirá-los, como proceder as retiradas e como entregá-los no IEN. O texto referente aos detectores de fumaça faz-se acompanhar de declaração do expedidor, ficha cadastral, ficha de emergência e outras providências necessárias. As relações das normas e de links complementa as informações e oferece orientação para esclarecimentos suplementares.

O IEN integra e participa de iniciativas realizadas por diversas associações do país, como a Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN), a Associação Brasileira de Proteção Radiológica, a Associação Brasileira de Física Médica, a Seção Latino Americana da Sociedade Nuclear Americana, LAS/ANS e a Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro – Redetec, além do fórum de entidades da Ilha do Fundão.

3) No atendimento às necessidades da comunidade, os valores do IEN agregam-se na formação da cidadania, cuja prática baseia-se na conscientização institucional com relação à importância estratégica de buscar uma maior inserção nas comunidades. O padrão atual do IEN consiste basicamente em atender todas as demandas solicitadas ao Instituto, e procurar identificar algumas necessidades, sendo a comunidade da Ilha do Fundão o ponto de partida, por intermédio de sua participação no Fórum das Entidades da Ilha do Fundão, criado no ano anterior. Como exemplos de ações comunitárias, menciona-se o atendimento a emergências radiológicas na UFRJ e o fornecimento de iodo-123 ultra-puro para utilização em estudos e teses na UFF – Universidade Federal Fluminense; a participação em cursos de pós-graduação do IME e da UFRJ, por meio de aulas ministradas por servidores do IEN no Reator Argonauta e no Ciclotron CV-28; o recebimento das visitas de alunos de escolas técnicas às suas instalações e; palestras realizadas, há sete anos, para o Instituto de Química da

UFRJ. Além de contribuições técnicas, o IEN participa de campanhas de doação de alimentos e vestuários para hospitais públicos, reciclagem de cartuchos de impressora, fluoretação dentária para filhos de servidores, e outras.

A satisfação das comunidades atendidas vem sendo demonstrada por meio de telefonemas e correspondências encaminhadas ao Instituto, agradecendo os serviços prestados e a forma eficiente com que ocorreram. A abordagem utilizada no sistema de gestão do IEN que considera a segurança como parte fundamental da excelência, constitui uma forma transparente de zelar pela imagem institucional.

4) A mobilização das competências do IEN para o fortalecimento da ação social é feita por meio da inclusão deste tema em palestras do Superintendente, destacando a sua importância, em especial para uma instituição pública como o IEN, criando assim um ambiente receptivo a diversas ações voluntárias da força de trabalho. O Boletim IEN 74/2002 é um exemplo deste tipo de mobilização. Como exemplo pode-se destacar o Grupo de Mulheres Unidas da Tijuca e a Sociedade dos Amigos da Pediatria do Gaffré-Guinle.

5) O zelo da sua imagem perante a sociedade constitui um objetivo estratégico do IEN, associado a perspectiva “segurança” do painel de bordo, apresentado no Critério 2, item 2.1 deste relatório. Portanto, o objetivo de “cultivar a imagem de instituição pública segura” reflete o comprometimento da alta direção e serve de orientação para o comportamento da força de trabalho com relação às questões relacionadas com a Sociedade, de uma maneira geral.

O provimento de vagas em cargos de níveis médio e superior no IEN dá-se por meio de concurso público realizado pela CNEN. Questões relativas à equidade ética, sexual e social na contratação da força de trabalho resultam, indiretamente, do controle realizado na seleção pela competência profissional quando do ingresso por concurso público. Quanto aos deficientes físicos, a CNEN - e, conseqüentemente, o IEN – em atenção à dispositivos legais revela preocupação em preservar uma quantidade de vagas específicas para os mesmos. No último concurso público, realizado em 2002, foi reservado 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas por cargo às pessoas portadoras de deficiência. A inexistência de trabalho infantil no IEN constitui fato consumado, vez que não é permitido a menor de idade inscrever-se em concurso público.

A disseminação e a continuidade das práticas referente ao item ética e desenvolvimento social estão evidenciadas na Tabela 4.5.

Prática de Gestão	Disseminação para	Continuidade
Ética e cidadania	Todos os setores	Desde 2000

Tabela 4.5. Disseminação e continuidade da prática referente ao item ética e desenvolvimento social.

As informações referentes ao controle das práticas do item ética e desenvolvimento social estão apresentadas na Tabela 4.6.

Prática	Responsável pelo controle	Indicador/Informação de controle	Padrão	Frequência de controle	Resultado do controle	
					1º sem.	2º sem.
Ética e cidadania	ASSE/Edison	Atendimento das demandas comunitárias	100%	semestral	100%	100%

Tabela 4.6. Controle dos padrões relativos ao item ética e desenvolvimento social.

b) Aprendizado

As informações referentes à avaliação da efetividade dos padrões de trabalho do item ética e desenvolvimento social estão apresentadas na Tabela 4.7. As melhorias decorrentes dessa avaliação são implementadas pelos setores pertinentes, a partir das orientações estabelecidas pela Alta Direção e AGQ.

Avaliação da efetividade dos padrões de ética e desenvolvimento social			
Responsável	Indicador/Informação	Frequência	Quando
AGQ + AD	RAF da ABIPTI No. de sanções éticas Envolvimento com cidadania	1 vez/ano	Elaboração do PMG Análise crítica Elaboração do RG
Ano	Exemplos de melhorias na ética e desenvolvimento social		
2000	Estabelecimento da ética como um valor institucional		
2001	Identificação das ações realizadas pelo IEN junto à comunidade		
2002	Esforço para ampliar a conscientização sobre a importância da ética e do desenvolvimento social		

Tabela 4.7. Aprendizado dos padrões relativos ao item ética e desenvolvimento social.